

Artigo 3

TEMA

EDUCAÇÃO SEXUAL

Deficiência visual e educação sexual: a trajetória dos preconceitos – ontem e hoje

Maria Alves de Toledo Bruns

RESUMO

O objetivo deste estudo foi conhecer e compreender a orientação sexual propiciada por mães de filhos portadores de deficiência visual. Na perspectiva fenomenológica, analisaram-se vinte discursos de mães de deficientes visuais. As recorrências nos vários discursos permitiram conhecer que a desinformação sobre a sexualidade em geral impede o diálogo entre mãe e filho(a). Estas recorrências evidenciam igualmente que a repressão sexual alicerça os estigmas e os preconceitos da educação sexual de deficientes visuais.

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze and understand the sexual orientation given by mothers to sons and daughters with visual deficiencies. From a phenomenological perspective the conversations of twenty mothers of visual deficient were analyzed. The convergences of these conversations made clear that lack of information about sexuality in general impedes dialogues between mothers and off-spring. Evidence was obtained showing that sexual repression stems from stigmas and preconceptions about sexual education of persons with visual deficiencies.

Introdução

A história da humanidade, assim como a história dos deficientes, varia de cultura para cultura, refletindo crenças, valores e ideologias que, materializadas em práticas sociais, estabelecem modos diferenciados de relacionamentos entre deficientes e não-deficientes.

Silva, apud Carmo (1989), em seu estudo sobre o deficiente através dos tempos, revela que na Antigüidade, de um modo geral, existiam dois modos de relacionamento entre as pessoas que, por alguma razão, afastavam-se dos padrões desejados, aceitos e ditos “normais”. Aqueles que não correspondiam às exigências do meio, como os velhos, os doentes e os portadores de alguma deficiência eram tratados com tolerância, apoio, ou mesmo menosprezo e até eliminação.

Esse autor relata que algumas tribos nômades abandonavam seus doentes, velhos e deficientes em lugares inóspitos, tendo em vista a dificuldade de transporte, expostos a riscos de um confronto com animais ferozes e/ou com uma tribo inimiga. Para os esquimós (habitantes da região Ártica da América do Norte) os deficientes e os velhos eram deixados em lugares de passagem dos ursos brancos, animais considerados sagrados, para serem devorados, pois eles acreditavam que assim estariam-lhes oferecendo uma alimentação saudável, cuja recompensa seria uma melhor qualidade de sua pele, que, após a morte, seria utilizada pela própria população na confecção de roupas, botas ou revestimento interno de iglus.

O conto popular japonês, “Narayama”, relatado por Simone de Beauvoir (1976) e transformado em filme na década de 80, mostra o conflito que o primogênito vivencia ao obedecer às tradições culturais, que consistiam em levar sua mãe para morrer no alto de uma montanha. A própria mãe se envergonha por não se sentir decrépita, já que ainda possui todos os dentes, mas ao mesmo tempo solicita ao filho o cumprimento do ritual sagrado.

Retornando a Silva, deparamos com outros exemplos de tribos vivendo em estado primitivo no sul do Sudão, no Congo e ao Norte da Tanzânia, cuja prática social em relação à deficiência é a da não aceitação. Para essas tribos, o corpo deficiente materializava as forças dos maus espíritos, e só aos corpos sãos era concedida total liberdade de expressão, e, desse modo, os outros corpos podiam se expressar normalmente.

Quanto aos povos hebreus, esse autor relata que “... o homem de qualquer família - fosse coxo, cego, corcunda, pé ou mão quebrada, não era digno, puro para praticar tal ação”. Acreditavam, assim, que um corpo portador de qualquer desarmonia fosse detentor de poderes oriundos dos demônios, cujas impurezas e pecados eram expressos pelas “marcas”, sinais corporais que cristalizavam a evidência de maus espíritos.

No decorrer da história, alguns homens, os detentores do poder, passaram a adotar a amputação de alguma parte do corpo (orelha, pé, dedo, mão) como uma prática punitiva que lhes permitia identificar não só o lugar social ocupado pela vítima, como também identificar a transgressão às normas e leis.

Essa prática, muito usada entre os escravos, é adotada até hoje por alguns países do Oriente Médio. O infanticídio de meninas praticado na Índia revela também a discriminação em relação à mulher: a mutilação sexual (ablação do clitóris no Egito) atinge aproximadamente 80% da população feminina, segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS (1979). Desse modo, não é necessário ter um corpo portador de alguma deficiência física para sofrer as discriminações. Muitas vezes o “status” social, cujos atributos não atendam aos valores morais, crenças, tradições e modelos estéticos “ditos normais” e desejados pelo meio social, encarrega-se de excluir e de categorizar essas pessoas. À título de ilustração, cito a condição das prostitutas, as “pornai”, como eram chamadas na Grécia antiga “... as pornai usavam uma sandália na qual, impresso no reverso da sola, estava um convite bastante claro... Nas ruas de terra batida, à medida que elas passavam, ficava escrito no solo a expressão ‘segue-me’. Era um convite para o transeunte que vinha atrás” (Cavalcanti, 1990:59).

De um modo geral, os estigmas se fazem presentes em relação aos velhos, negros, índios, deficientes, homossexuais, ou seja, os grupos minoritários. Às vezes, a própria “emancipação profissional e sexual da mulher provoca no seu meio, ainda hoje, reação de exclusão e marginalidade” (Bruns & Grassi, 1992). Postura idêntica registra-se ainda hoje em relação às pessoas que conseguiram refazer seus projetos de vida e que, ao chegarem aos 60, 70 anos expressam uma alegria de viver, seja por se permitirem novos envolvimento afetivos e/ou sexuais, seja por quererem aprender a dançar ou viajar. Esse modo de ser provoca reação de espanto e surpresa por parte dos mais jovens, ou até mesmo por parte dos próprios pares.

Esse modo preconceituoso de nos relacionarmos é mantido e alimentado pela ideologia do déficit, num círculo vicioso que se encontra ancorado nas exigências produtivas de uma “sociedade de consumo que só reconhece o indivíduo na medida em que ele produz” (Beauvoir, 1970). Como os velhos e deficientes não “produzem”, podem ser descartados. Ao mesmo tempo, essa mesma sociedade legitima sua isolamento e justifica a criação de instituições asilares.

Parece que a prática social de categorizar, rotular as pessoas em normais e anormais, fortes e fracas, belas e feias e/ou por não possuírem um corpo detentor de uma cota de energia que lhes permita a sobrevivência, não foi uma prática somente de sociedades primitivas consideradas “atrasadas”, cujas explicações estariam ancoradas na ausência de conhecimentos científicos e no escasso controle do homem em relação aos meios de produção.

Sem dúvida, houve mudanças positivas. Cite-se o período renascentista que representou um marco, um revisar dos preconceitos, normas, estatutos, crenças e práticas sociais em relação ao modo de se relacionar com a deficiência, que até então era explicada como obra de demônios e/ou do divino.

Entretanto, um olhar atento revela que as práticas discriminatórias continuam sendo vivenciadas ainda hoje por vários grupos de pessoas pertencentes à sociedade moderna, cujo avanço científico-tecnológico está concentrado em grandes conglomerados financeiros com poder de controlar o mercado mundial. Conta, ainda, com a tecnologia eletrônica, com agências de publicidade que se encarregam de criar desejos, vendidos como imagens fascinantes que representam poder, ilusão de felicidade e segurança. Esse desenvolvimento provoca mudanças no modo de pensar, sentir e agir e se fazem presentes nas relações entre as pessoas.

A perplexidade diante dessas observações, que deixam uma grande lacuna com relação à questão da deficiência visual, nos leva a questionar: como os familiares (portadores de visão) se relacionam com um deficiente visual? Estariam essas mudanças deslocando os estigmas e estreitando assim as relações entre videntes e não-videntes? Como ocorre a relação de mães portadoras de visão com filhos portadores de deficiência visual? Essas questões motivam o prosseguimento dessa investigação. Entretanto, ao centrarmos esta busca em torno da sexualidade, devemos buscar compreender como ocorre a orientação sexual de deficientes visuais. Isto é, quais as dificuldades e/ou facilidades vivenciadas pelos familiares, em especial pelas mães, por serem elas, as pessoas a quem, normalmente, a sociedade, através dos tempos, outorgou o papel de responsável pela educação da prole.

A ausência de bibliografia e estudos que enfoquem a sexualidade de deficientes visuais justifica o interesse pelo assunto, e nos leva à possibilidade de uma maior reflexão sobre o tema, o que pode nos fornecer novas pistas sobre a educação sexual de deficientes visuais.

A sexualidade, segundo Chauí (1989:15), “não se reduz aos órgãos genitais (ainda que estes possam ser privilegiados na sexualidade adulta) porque qualquer região do corpo é susceptível de prazer sexual, desde que tenha sido investida de erotismo na vida de alguém, e porque a satisfação sexual pode ser alcançada sem a união genital. Ela é polimorfa, polivalente, ultrapassa a necessidade fisiológica e tem a ver com a simbolização do desejo”. Está submetida, portanto, às interdições e transgressões, diferenciando-se de cultura para cultura e de época para época.

Isso significa que a religião, a moral, a política e a própria ciência se encarregam de explicitar o modo de lidarmos com a nossa sexualidade, estabelecendo regras básicas a serem seguidas. Os tabus, preconceitos e estigmas perpassam os séculos e habitam o universo das relações, sejam elas familiares, escolares ou sociais.

O mundo ocidental é marcado e demarcado pelo poder da pedagogia cristã, que, com seus eficazes métodos de continência (moderação) e de abstinência (supressão), controla e disciplina as práticas sexuais (Chauí, 1980).

Segundo Bernardi (1985:25), “a família tende a imprimir na personalidade dos subordinados uma determinada estrutura psíquica, aprovada pela sociedade, e para isto vale-se de meios sugeridos pela própria sociedade”. Isto significa que, ao nascer, o deficiente visual se encontra inserido num sistema de relações e de significações sociais que será alicerce, o lugar em que organizará e estruturará sua própria identidade.

Nessa perspectiva histórico-cultural, a família tende a imprimir, geralmente, aos portadores de deficiência visual, a idéia de que são incapazes, inábeis, inseguros e assim vão sendo “educados” para serem indefesos, dependentes e até considerados por alguns como assexuados e desinteressantes.

Essas contingências, em geral, impedem o deficiente de se desenvolver e de vir a estabelecer consigo próprio e com o outro uma relação que lhe possibilite expressar-se como um ser sexuado. Ao contrário, há um ocultamento do desejo. O prazer e o erotismo são vivências somente permitidas aos ditos “normais”. Como nas palavras de Vash (1991:83) “numa sociedade que venera gente bonita, defeitos sérios parecem intoleráveis”.

Isso ocorre pela ausência ou pela falta de acesso a informações, por parte dos responsáveis pelos deficientes visuais, que desconhecem que a criança portadora de deficiência visual deveria ser lançada a infinitas situações de desafios e estímulos, iguais ou superiores aos da criança dotada de visão normal, já que lhe falta um dos sentidos - a visão, que é, sem dúvida, de máxima importância para estabelecer os matizes de significações, mas que, no entanto, não é o único. Esquecemos que “todo gesto ou processo do organismo (...) pode tornar-se material para a expressão da atividade psíquica, posto que pode adquirir um valor semiótico” (Bakhtin, 1981:52). Por outro lado, Goffman (1980) diz que a familiaridade com a deficiência não significa, necessariamente, a redução do estigma.

Os seguintes relatos de familiares de deficientes corroboram tal afirmativa. Bruns, M.A.T. (1995) relata que ao dirigir-se a uma mãe de deficiente visual, perguntou-lhe: Quantos filhos você tem? Ela respondeu: “Tenho quatro”. Como essa enunciação não esclareceu o suficiente, em seguida, perguntou: você tem quatro filhos, sendo que uma é cega ou tem quatro e mais uma que é cega. A mãe respondeu: “É... Eu tenho cinco, só que uma é cega”.

Em relação a um irmão de deficiente visual, a situação se manteve a mesma. Ao inquiri-lo sobre quantas pessoas dessa família trabalhavam, ele respondeu: “Eu e meu pai”. Em seguida foi-lhe perguntado: E o Louro? (irmão deficiente visual que trabalhava em uma empresa). “Ele? É cego”. O estigma de incapaz, inválido, incompetente é tão arraigado em nossa sociedade que atinge até mesmo aquele que se faz independente economicamente. No caso acima, inclusive, o salário de Louro era maior que o do irmão dotado de visão.

Esses depoimentos revelam como é difícil e preconceituosa a relação entre deficientes e não-deficientes, e evidencia também que a família reproduz a ideologia do déficit, isto é, ao olhar para “a pessoa portadora de deficiência visual, vê o que lhe falta, sua incompletude: a pessoa torna-se apenas deficiente, perdendo suas características de SER” (Bruns & Leal, 1994:33).

Em relação à sexualidade, seguem discursos de mães de filhos portadores de deficiência visual, que possibilitam uma visão real da educação sexual como ela ocorre.

Sujeitos

Participaram deste estudo 20 mães, que se dispuseram a falar a respeito da orientação sexual que ofereciam a seus filhos(as) portadores de deficiência visual.

O encontro com essas mães ocorreu por intermédio de profissionais de uma instituição que se dedica à formação escolar de deficientes visuais em uma cidade do interior do estado de São Paulo. Após tomarem ciência de que o objetivo desse estudo era o de compreender a maneira como tratavam de assuntos referentes à sexualidade com seus filhos, foram convidadas a falar das dificuldades e/ou facilidades vivenciadas no universo familiar.

A idade das mães entrevistadas variou entre 35 e 53 anos, e o grau de escolaridade, do 1º grau incompleto ao 3º grau incompleto. Todas eram casadas e tinham em média três filhos. Ocorreram quatro reuniões, nas quais as mães expressaram como se processava a educação sexual. O diálogo foi mediado pela questão orientadora: “Fale a respeito do modo como você orienta seu filho(a) sobre os assuntos relacionados a sexo, como: gravidez, doenças sexualmente transmissíveis, aborto, desejo sexual, masturbação, relação sexual”.

Trajatória metodológica

Os diálogos foram gravados, transcritos e analisados segundo os momentos da trajetória fenomenológica apresentada por Joel Martins, no livro “Um Enfoque Fenomenológico do Currículo: Educação como Poíeses” (1992), que são: descrição, redução e compreensão (que envolve interpretação).

Análise fenomenológica

Descrição ou depoimento: Constitui um dado de importância significativa para a pesquisa fenomenológica. Permite o acesso à vivência do fenômeno. Isto quer dizer que o sujeito que descreve sua experiência é situado, e que os significados das suas vivências emergem do seu real vivido.

REDUÇÃO: Este momento constitui o que Husserl chamou de “epoché”, que significa suspensão ou parada, uma saída da maneira comum de olhar e de abandonar os preconceitos em relação ao fenômeno que está sendo analisado. O resultado da redução é um conjunto de asserções significativas para o pesquisador, que apontam para a experiência do sujeito, para a consciência que este possui do fenômeno.

COMPREENSÃO: Envolve sempre uma interpretação; é uma tentativa de explicitar o “significado” que é essencial na descrição e na redução, como uma maneira de investigação da experiência.

Apresentação dos depoimentos

Das vinte mães de deficientes visuais que participaram deste estudo, apenas uma expressou que, apesar de não ter recebido em sua vida nenhuma orientação de como abordar os assuntos relacionados à sexualidade em geral, e, muito menos, relacionados a pessoas portadoras de deficiência visual, estabeleceu no decorrer do relacionamento mãe-filho, uma “orientação sexual”; as outras dezenove revelaram que não falavam desses assuntos com seus filhos(as).

Cada mãe recebeu um pseudônimo para que suas identidades pudessem ser preservadas. Como os discursos foram muito repetitivos, foi preciso selecioná-los para facilitar a apresentação:

JÔ, 35 ANOS, 2º GRAU COMPLETO - “Não sei como falar, nem para os meus filhos que enxergam, pro cego então... é um problema.” (filho 8 anos)

RÔ, 49 ANOS, 2º GRAU INCOMPLETO - “Nesses assuntos eu não toco.” (filho 12 anos)

FILÔ, 40 ANOS, 2º GRAU INCOMPLETO - “Tenho vergonha, não ‘tô’ preparada.” (filho 8 anos)

MÃ, 45 ANOS, 1º GRAU INCOMPLETO - “É muito difícil... eu não sei falar sobre isso.” (filho 16 anos)

IRAÍ, 36 ANOS, 1º GRAU INCOMPLETO - “Sei lá... eu entrego a Deus.” (filha 15 anos)

MANÁI, 51 ANOS, 3º GRAU INCOMPLETO - “Ah, Deus! Se eu soubesse eu falaria disso.” (filha 12 anos)

JACI, 53 ANOS, 3º GRAU INCOMPLETO - “Eu não sei falar sobre isso... eu aprendi sozinha.” (filha 19 anos)

MORENA, 52 ANOS, 1º GRAU INCOMPLETO - “Eu tenho pena dele, mas o que eu vou fazer? Eu não sei falar nada pra ele. Em casa isso não é falado.” (filho 17 anos)

NARCI, 49 ANOS, 2º GRAU INCOMPLETO - “Eu já peguei ele pegando lá, o que vou fazer?” (filho 13 anos)

ROSA, 45 ANOS, 2º GRAU COMPLETO - "... após eu acreditar que meu filho era cego, pensei... ele precisa receber o que há de melhor em relação a tudo... ele precisa saber que homem é diferente de mulher... Você sabe, cego vê com as mãos. É difícil mas eu falei com o pai dele: nosso filho precisa pegar em você. Ele ficou vermelho de vergonha, mas eu insisti e assim na hora do banho, de um modo natural aconteceu o reconhecimento do corpo do adulto.

Aí aconteceu o que eu nem esperava, meu filho falou ... Mãe eu conheci o pai, mas não sei nada da mulher, e falou: como você é? Fiquei nervosa e respondi a ele que era verdade. Ele percebeu meu nervosismo e falou: A senhora tá nervosa? Respondi: estou, porque não sei falar direito com você, mas prometo que vou resolver esse assunto. De noite fiquei pensando... Se cego vê com as mãos, ele precisa me tocar... Ah! Mas de que maneira? Não tinha coragem. Sei lá, Deus me ajudou e como eu tinha uma sobrinha recém-nascida, pensei: tá aí a solução. E assim ocorreu, na hora do banho meu filho ajudou-me e assim tocou pela primeira vez um corpo diferente do seu. Ele já sabia que tinha diferença, mulheres têm seios e homem não, mulher não tem barba. Hoje falo com ele sobre menstruação e do jeito que os filhos são gerados. Acho que ele não tem problemas. Mas foi difícil." (filho 13 anos)

Compreensão e interpretação

O diálogo do silêncio x o silêncio do diálogo. O que significa esse silêncio? Que pistas nos fornece a "não-palavra" em direção à compreensão da sexualidade de deficientes visuais? À primeira vista poderia se pensar que o silêncio "nada" diz, já que não se vale das palavras. No entanto, numa observação mais cuidadosa do fato, percebemos que esse "nada" é permeado por fissuras recheadas de sentidos e sentimentos. Segundo Orlandi (1992:49), "o silêncio significa esse 'nada' se multiplicando em sentidos: quanto mais falta, mais silêncio se instala, mais possibilidade de sentidos se apresenta".

Isto significa que ao dizerem que não sabem falar "disso", aquelas mães reticentes estão falando daquilo que, para elas, é proibido e censurado. E, para compreendermos a razão da proibição e a causa da censura, faz-se necessário remeter-nos a outro discurso, ou seja, o da repressão sexual e o da moral conservadora, que, por sua vez, do modo como hoje conhecemos esses discursos, estão ancorados na origem da família burguesa, que, nos dizeres de Chauí (1980:129-31), está sob a regulamentação do Estado, que vem através dos tempos consolidando e controlando os tipos variados de regime de contrato de casamento, bem como os referentes a sua dissolução, o que envolve a elaboração de leis sobre aborto, adultério, pensão familiar, partilha de bens, entre outros.

Nesse sentido, a família é também uma instituição política que, em parceria com a Igreja, estabelece normas e códigos de conduta, os quais, interiorizados desde tenra idade, incumbem-se de realizar um amálgama de proibições, interdições e permissões, que, materializados em práticas sociais, demarcam os limites e o como devemos expressar a afetividade e o erótico, ou seja, nossa sexualidade.

Os dados estão lançados, a censura instalada. No entanto, a ousadia de nossos desejos se faz presente no mais dos "insignificantes" gestos e pensamentos.

O “silenciamento” dessas mães de deficientes visuais não representa garantia de que seus filhos não estejam recebendo uma formação sexual. Ao contrário, recebem-na por intermédio de gestos, timbre da voz, comentários sobre os fatos que ocorrem no dia-a-dia, e mesmo pelo modo como a linguagem do toque é vivenciada no universo familiar. Tudo isso demarcando o limite entre o lícito e o ilícito, o permitido e o proibido; enfim, a interiorização da repressão sexual ultrapassa o sentido da visão. Isto significa que a dificuldade de tocar e de sentir sem preconceitos o próprio corpo nos é legada historicamente e continua reeditada no presente, acompanhando-nos com suas marcas tal como nossas impressões digitais.

O corpo materializa a presença do humano no mundo e desse mundo participa carregando sua mente, sua capacidade intelectual e emocional, numa relação dialética constante. A sexualidade é a dimensão mais abrangente: somos o corpo que temos, nele está contida a energia vital que nos remete à origem do existir, dos instintos, e à transcendência de níveis diferentes de experiências. Segundo Merleau-Ponty (1971:168), “a sexualidade é o que faz com que o homem tenha uma história. Se a história sexual do homem dá a chave de sua vida, é porque na sexualidade do homem se projeta sua maneira de ser com relação ao mundo, isto é, com relação ao tempo e aos outros homens”.

Nesse contexto, o “não-dito” da maioria das mães revela a história da repressão sexual e a história da deficiência, e, a um só tempo, reproduz o estigma de que o deficiente visual é desinteressante, assexuado e “deserotizado”. Paradoxalmente, esse “silêncio” que habita essas relações familiares não contém a ousadia de Eros, que às vezes até se manifesta, de forma marginal. Talvez, por isso mesmo, Eros seja tão controlado, o que não o impede de agir na clandestinidade. Parece até que a censura, a repressão e o controle são ingredientes que o motivam a subverter a ordem pré-estabelecida: as práticas de incesto, sadismo, masoquismo, as pedofílias. Tudo isso expressa as “fissuras” da repressão sexual, isto sem falar dos amantes. Até mesmo os “intermezzos de amor” revelam tal ousadia.

Como nos dizeres de Lúcia Castelo Branco (1987:11), “é curiosa a flexibilidade de Eros. Com sua onipresença de deus, ele consegue sempre estar em toda parte, camuflado sob variados disfarces, máscaras sociais que lhe garantem livre trânsito, mesmo nos regimes mais autoritários”.

Essa sua flexibilidade e ousadia visualiza a sexualidade por um prisma dinâmico, dialético, em que, apesar de códigos, estatutos, leis, tabus e preconceitos para submetê-la a uma padronização, sua prática revela que vez ou outra Eros, sorrateiramente, se desloca dos domínios da repressão e da hipocrisia e se coloca como mobilizador de relações afetivas, que almejam trilhar pelos caminhos da compreensão, do diálogo e entendimento, sem falarmos na criatividade que se faz presente tanto nas artes quanto nas ciências. Seu poder não somente abre as portas dos sonhos que alimentam e alicerçam, a um só tempo, os grandes projetos, como é capaz de eternizar o presente.

Nessa perspectiva, o discurso de Rosa oferece pistas desse caminhar pelas trilhas do diálogo com vistas à compreensão. “Após eu acreditar que meu filho era cego, pensei... Ele precisa receber o que há de melhor em relação a tudo”; “... cego vê com as mãos”, “ele precisa saber que homem é diferente de mulher”.

Essa postura mostra que Rosa, após aceitar a deficiência visual do filho, assegurou também a possibilidade de ele “receber o que há de melhor em relação a tudo”.

Esse modo de relacionar-se com a deficiência revela que Rosa percebeu e concebeu o filho como um ser não limitado na sua incompletude, postura essa, aliás, comumente adotada pelos portadores de visão, que ao olhar para o deficiente vêem apenas a sua deficiência, ou seja, o que lhe falta.

O discurso de Rosa possibilita um deslocamento desse olhar preconceituoso, no qual se podem mesmo buscar pistas para uma reflexão sobre a importância das relações familiares se fazerem de modo mais autêntico. A sensibilidade e a sinceridade foram os lemes que conduziram Rosa a relacionar-se com seu filho deficiente. Sua transparência em dizer ao filho suas dificuldades, por não saber como orientá-lo sexualmente, facilitou o diálogo, condição *sine qua non* para estabelecermos laços perenes.

Esse modo de ser descoloca as interdições, os tabus, a hipocrisia e os sentimentos de culpa que, materializados em práticas sociais, nos têm legado seqüelas, que nos acompanham por toda a existência. Haja vista nossa dificuldade de sentir prazer em tocar o próprio corpo. Em geral, percebemos o corpo por intermédio da dor, do desconforto e do desprazer, um resquício, quem sabe, dos idos tempos de flagelação.

Nesse sentido, o discurso de Rosa possibilita novos horizontes em relação ao modo de lidarmos com a sexualidade do deficiente visual. “Cego vê com as mãos”. Os portadores de visão precisam aprender esta lição.

A fala de Rosa lança também um questionamento em relação aos estigmas e preconceitos que solapam e corroem a possibilidade do ser humano ousar lidar prazerosamente com sua sexualidade. Significa ainda a desmitificação do corpo, que foi e ainda é visto pelo discurso moralista como a sede dos sentidos “depravados”, que, ancorado na “visão platônico-cristã, dissocia o amor espiritual do amor carnal e associa sexo ao pecado” (Aranha, M.L.A. & Martins, M.H.P., 1986:361). Os discursos de Filô, Rô e Manaí demarcam essa visão pecaminosa que ainda hoje é atribuída ao corpo.

Outro aspecto que os discursos fazem emergir é o de que as dificuldades vivenciadas por essas mães em torno de questões ligadas a sexo não ocorrem somente por serem mães de deficientes visuais... Jô diz: “não sei falar (de sexo), nem para os meus filhos que enxergam, para cego então... é um problema”. O problema está centrado em questões culturais e ideológicas que dizem respeito à realidade social e política da instituição familiar que, por sua vez, repete na educação da criança portadora de deficiência visual não só o estigma de incapaz, como o de desinteressante e assexuado. Nesse sentido, são punidos em dose dupla.

Os discursos são altamente reveladores e deles brotam pistas para um revisar de nossas leis, códigos e normas de boa conduta. Lança ainda um apelo à sociedade no sentido de rever seus padrões de “normalidade”, como também os de estética, isto sem falarmos que o *modus vivendi* de considerarmos o sexo somente nos seus aspectos biológicos não tem dado conta de conter a flexibilidade e ousadia de Eros que, com seus disfarces, trafega sorrateiramente pelos caminhos do segredo e da clandestinidade. Afinal de contas, a simbolização é a sua “grife”, e a fantasia e os sonhos, seus aliados sem fronteiras.

Horizontes

Ao lançar um olhar sobre essa trajetória, desde os idos tempos da história dos deficientes à fala velada da sexualidade, vê-se que é preciso retirar a viseira estigmatizadora que permeia a relação entre os dotados de visão e os portadores de deficiência visual, uma vez que o “diálogo do silêncio” assinalou e demarcou sérias e profundas dificuldades das mães ao abordar assuntos relacionados a sexo. Nota-se que as barreiras ocorreram porque as mães não sabiam o que falar, em termos de informação, o que, por si só, favorece o silenciamento. Mas a moral repressora que habita os recônditos do nosso ser encarrega-se de marcar, com distanciamento e vergonha, uma relação que poderia vir a ser de esclarecimento, aproximação, compreensão e autenticidade.

É chegada a hora de encararmos Eros como nosso aliado: olharmos, quem sabe, para o caminho percorrido por Rosa e, tomando-o como base, vasculharmos nossas relações familiares, valendo-nos de uma reflexão sobre a hipocrisia e falta de autenticidade que permeiam não só o modo de lidarmos com a sexualidade do(s) portador(es) de deficiência visual, mas essencialmente com a nossa.

Com isto quero dizer que uma das pistas para nos aliarmos a Eros é revisarmos o nosso modo de lidar com essa nossa tão familiar e desconhecida sexualidade; olharmos com cuidado para a criança e para o adolescente que habita em nós e que continuam reeditados em nossos gestos, toques, ao longo da vida, e que se fazem presentes no nosso modo de lidar com a sexualidade do outro. Como nos dizes de Bonder (1992:195), “para podermos modificar uma atitude para com o outro, devemos entender que há um outro em nós e nós no outro. Se conseguimos trabalhar e crescer como indivíduos, não só nós nos beneficiamos, mas o outro em nós também. A visão ou a relação do outro em nós é engrandecida de tal forma que irá, certamente, refletir no elemento nós-no-outro enriquecendo-o também. E o resultado final deste movimento é a transformação do outro no outro, ou de sua pessoa como a enxergamos”.

Isto significa que nós – pais, educadores, médicos, psicólogos – antes de utilizarmos somente manuais, receitas e teorias que nos ensinam a falar sobre sexo, precisamos indagar sobre como estamos vivenciando a nossa própria sexualidade. Com base nessa reflexão, torna-se possível a abertura de espaços para uma educação sexual voltada para a compreensão da sexualidade do portador de deficiência visual.

Bibliografia

1. ARANHA, M. A. V., MARTINS, M. H. P. Filosofando: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 1987.
2. BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1981.
3. BERNARDI, M. A deseducação sexual. São Paulo: Summus, 1985.
4. BEAUVOIR, S. A velhice: a realidade incômoda. as relações com o mundo. v. 2. 2. ed. São Paulo: Difel, 1976.
5. BONDER, N. A cabala da inveja. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
6. BRANCO, L.C. O que é erotismo. São Paulo: Brasiliense, 1984.
7. BRUNS, M. A. T. & GRASSI, M. V. F. C. A liberdade sexual feminina: o fardo e a leveza. *In: Revista Viver Psicologia*. São Paulo: Pereira de Castro, ano I, n. 11, 1993.
8. BRUNS, M. A. T. & LEAL, B. J. Sexualidade e o significado do olhar. *In: Revista Viver Psicologia*, São Paulo: Pereira de Castro, ano II, n. 19, 1994.
9. BRUNS, M. A. T. Sexualidade e deficiência visual – encontro ou desencontro? V Congresso Brasileiro de Sexualidade Humana. São Paulo: 1995.
10. CARMO, A. A. Deficiência física: a sociedade brasileira cria, “recupera” e discrimina. Tese de Doutorado. UNICAMP: Faculdade de Educação, 1989.

11. CAVALCANTI, R. C. "Prostitutas na Grécia - Frinéia". In: Revista Brasileira de Sexualidade Humana, Editora Iglu, v. 1, n. 2, 1990.
12. CHAUI, M. Repressão sexual. Essa nossa (desconhecida). 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
13. GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação de identidade deteriorada. São Paulo: Zahar, 1980.
14. MARTINS, J. Um enfoque fenomenológico do currículo: educação como Poíesis. São Paulo: Cortez, 1992.
15. MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da percepção. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1971.
16. ORGANISATION MONDIALE DE LA SANTÉ PRATIQUES TRADITIONNELLES AFFECTANT LA SANTÉ DES FEMMES ET DES ENFANTS. (Circoncision féminine, mariage des enfants, tabous nutritionnels et autres pratiques.) In: Publication Technique n. 2 - OMS/EMRO. Rapport d'un séminaire tenu à Khartoum du 10 au 15 février. 1979.
17. ORLANDI, E. P. As formas do silêncio no movimento dos sentidos. Campinas: UNICAMP, 1992.
18. VASH, C. L. Enfrentando a deficiência – a manifestação – a psicologia – a reabilitação. São Paulo: Pioneira – EPU, 1991.

Maria Alves de Toledo Bruns é doutora em Psicologia Educacional e docente do Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo - Campus de Ribeirão Preto.